

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



FINANÇAS

NSCA 171-1

**NORMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA DO COMANDO DA AERONÁUTICA
(SISFINAER)**

2015

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA



FINANÇAS

NSCA 171-1

**NORMA DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA DO COMANDO DA AERONÁUTICA
(SISFINAER)**

2015



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

PORTARIA SEFA Nº 6/ANAJ, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a edição da norma de sistema que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica (SISFINAER).

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no item 3.3 da ICA 700-1 “Instrução para a Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº 839/GC3, de 29 de agosto de 2006, e considerando o que consta do processo nº 67800.004019/2014-94, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da NSCA 171-1 “Norma do Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica (SISFINAER), que com esta baixa.

Art. 2º Esta Norma de Sistema entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO FRANCISCANGELIS NETO
Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica

(Publicado no BCA nº 039, de 2 de março de 2015)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.3 <u>ÂMBITO</u>	10
2 SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO COMANDO DA AERONÁUTICA	11
2.1 <u>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</u>	11
2.2 <u>OBJETIVO</u>	11
2.3 <u>ESTRUTURA</u>	11
3 COMPETÊNCIAS DOS ELOS DO SISTEMA	13
3.1 <u>ÓRGÃO CENTRAL</u>	13
3.2 <u>ÓRGÃOS SETORIAIS</u>	14
3.3 <u>ÓRGÃOS EXECUTIVOS</u>	15
3.4 <u>ÓRGÃO SUPERVISIONADO</u>	15
4 PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NO COMAER	17
4.1 <u>PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA</u>	17
4.2 <u>CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E PROJEÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDO AERONÁUTICO</u>	17
4.3 <u>APLICAÇÃO FINANCEIRA</u>	17
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19
Anexo A – Fluxograma do Processo de Aplicação Financeira no País	22
Anexo B – Fluxograma do Processo de Controle, Acompanhamento e Projeção das Receitas do Fundo Aeronáutico	23
Anexo C – Fluxograma de Descentralização de Crédito, Controle do Uso dos Limites e Programação Financeira	24

PREFÁCIO

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a qual, ao estabelecer as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das entidades governamentais, padronizou para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o Modelo Orçamentário Brasileiro. Em seguida, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 estabeleceu a forma de organização do Setor Público, além de colocar o planejamento como um dos princípios fundamentais de orientação da Administração Federal.

A preocupação de manter o equilíbrio entre receitas e despesas no momento da execução orçamentária já constava da Lei nº 4.320 de 1964, prevendo a necessidade de estipular cotas trimestrais das despesas que cada Unidade Orçamentária ficava autorizada a utilizar. Esse mecanismo foi aperfeiçoado posteriormente, por meio da edição da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual induziu o setor público a repensar sua forma de atuação, incluindo o enfoque do planejamento como pilar da ação governamental e apontando a necessidade da gestão responsável da receita e da administração do gasto público com eficiência, na busca do equilíbrio orçamentário. Essa Lei incorporou o entendimento de que a prevenção dos riscos fiscais deve abranger dois momentos distintos: aquele anterior à assunção dos compromissos de gastos e o momento final da execução da despesa, ou seja, o seu pagamento.

Anteriormente à edição da LRF, merece ser destacada a criação, em 1986, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal e do Sistema de Contabilidade Federal, a qual representou um passo fundamental para o fortalecimento das finanças públicas do país, consolidando a modernização institucional e a sistematização da gestão responsável dos recursos públicos. Paralelamente, a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, com a criação da Conta Única em 1988, constituiu importante instrumento de controle das finanças, uma vez que permitiu a racionalização da administração dos recursos financeiros, promovendo maior agilidade aos processos de transferência e descentralização financeira e de pagamentos a terceiros.

Na esteira do aprimoramento da Gestão Pública, o Decreto nº 3.590, de 6 de setembro de 2000, e a Lei nº 10.180, promulgada em 6 de fevereiro de 2001, organizaram e disciplinaram o Sistema de Administração Financeira Federal. Dessa forma, as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira passaram a integrar um Sistema, com estrutura, competências, finalidades, atividades e organização definidas, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro das contas do Governo Federal.

Seguindo esse mesmo diapasão, o COMAER, na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Finanças, responsáveis por manter o aporte de recursos necessários para que a Força Aérea Brasileira possa cumprir sua missão constitucional, instituiu, por intermédio da Portaria nº 1590/GC3, de 25 de setembro de 2014, o Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica (SISFINAER), com o intuito de assegurar às Unidades Gestoras o fluxo financeiro necessário para a condução de suas atividades, dentro dos limites previstos no cronograma de desembolso do Governo Federal. Com o objetivo de normatizar as atividades de programação financeira e de arrecadação das receitas do Fundo Aeronáutico, o Comando da Aeronáutica criou instrumento para organizar e disciplinar o funcionamento do SISFINAER, estabelecendo suas atividades, finalidade,

estrutura e competências. Desta forma, o objetivo principal desta Norma é sistematizar o relacionamento entre o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Executivos e o Supervisionado, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, às atribuições e ao controle das atividades financeiras, respeitada a subordinação hierárquica dos elos envolvidos.

“As Finanças Públicas são um dos melhores pontos de partida para uma pesquisa da sociedade, especialmente embora não exclusivamente, de sua vida política.”

Joseph Schumpeter

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Norma tem por finalidade estabelecer a estrutura, a finalidade, as atividades e as competências do Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica (SISFINAER).

1.2 CONCEITUAÇÃO

Os termos e expressões empregados nesta NSCA têm seus significados consagrados no vernáculo, no Glossário das Forças Armadas (MD 35-G-1, de 30 de janeiro de 2007), no Glossário do Comando da Aeronáutica (MCA 10-4, de 30 de janeiro de 2001), no Manual de Abreviaturas e Símbolos da Aeronáutica (MCA 10-3, de 22 de abril de 2003), no Regimento Interno do Comando da Aeronáutica (RICA 20-36, de 11 de janeiro de 2009), no Manual Técnico de Orçamento (MTO/SOF) e no Manual SIAFI (STN).

1.2.1 CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL

Conta mantida junto ao Banco Central destinada a acolher todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive Fundos, de suas Autarquias e Fundações.

1.2.2 LIMITE DE PAGAMENTO

Valor estabelecido, anualmente, para cada Órgão, por meio do Decreto de Programa Orçamentária e Financeira, para o pagamento das despesas do exercício, inclusive dos restos a pagar dos exercícios anteriores, dos créditos suplementares e especiais abertos no exercício e dos créditos especiais reabertos no exercício.

1.2.3 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

É o conjunto de atividades que têm o objetivo de ajustar o ritmo da execução do Orçamento ao fluxo provável de entrada de recursos financeiros que asseguraram a realização dos programas anuais de trabalho e, conseqüentemente, impedir eventuais insuficiências de caixa.

1.2.4 PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Registro efetuado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o qual discrimina as necessidades de recursos financeiros da UG, para um determinado período, indicando a categoria de gasto, a fonte de recursos, o tipo de recursos (do Exercício ou Restos a Pagar), a vinculação de pagamento e o mês da programação.

1.2.5 RECEITA PÚBLICA

Todo ingresso de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

1.2.6 RECOLHIMENTO

Consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro Nacional, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

1.2.7 SISTEMA

É o conjunto de elementos integrantes e interdependentes que têm por finalidade realizar uma tarefa de apoio em proveito da missão principal de uma organização. A vinculação desses elementos, entre si, ocorre por interesse de coordenação, orientação técnica e normativa, não implicando subordinação hierárquica.

1.2.8 SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL

É a organização das atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira, que visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas.

O Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal é a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1.2.9 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO FEDERAL

É a organização das atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos e de realização de estudos e pesquisas sócio-econômicas.

O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

1.2.10 UNIDADE GESTORA

É a Unidade que realiza atos de gestão financeira e/ou patrimonial, cujo titular, em consequência, está sujeito à Tomada ou Prestação de Contas Anual.

1.3 ÂMBITO

Esta Norma se aplica às Unidades Gestoras (UG) do Comando da Aeronáutica (COMAER) e à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe).

2 SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO COMANDO DA AERONÁUTICA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Sistema de Administração Financeira do Comando da Aeronáutica (SISFINAER), com finalidade e estrutura definidas por esta Norma, deve-se à necessidade de:

- a) proporcionar condições necessárias à padronização e à consolidação de procedimentos relativos às atividades de programação financeira e de arrecadação das receitas do Fundo Aeronáutico, no âmbito das UG do COMAER e da CFIAe;
- b) estabelecer diretrizes para as atividades de suporte e de orientação aos agentes da administração e gestores das UG do COMAER e da CFIAe nos assuntos de Finanças;
- c) disciplinar o relacionamento dos elos do Sistema, nos assuntos de Administração Financeira, no âmbito do COMAER;
- d) disciplinar o relacionamento das UG do COMAER e da CFIAe com o Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal; e
- e) definir a dinâmica dos processos de programação financeira e de arrecadação das receitas do Fundo Aeronáutico.

2.2 OBJETIVO

O SISFINAER tem como objetivo assegurar às Unidades Gestoras do COMAER, nos limites da programação financeira aprovada, a disponibilidade dos recursos necessários para a execução de seus programas de trabalho; e efetuar o controle e acompanhamento das receitas arrecadadas no âmbito do Fundo Aeronáutico, de maneira a garantir a manutenção do equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas.

2.3 ESTRUTURA

O SISFINAER é composto por Órgão Central, por Órgãos Setoriais, Executivos e Supervisionado, todos pertencentes à estrutura organizacional do COMAER, com constituições e competências definidas em legislações próprias.

Os Órgãos Setoriais, os Executivos e o Supervisionado do Sistema ficam sujeitos à orientação normativa, à coordenação, ao controle, à supervisão técnica e à fiscalização do Órgão Central do Sistema no que se refere às atividades financeiras, sem prejuízo da subordinação hierárquica às organizações em cuja estrutura organizacional estejam integrados.

2.3.1 ÓRGÃO CENTRAL

O Órgão Central do SISFINAER é a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA).

2.3.2 ÓRGÃOS SETORIAIS

Integram o SISFINAER, na condição de Órgãos Setoriais:

- a) Comando-Geral de Apoio;
- b) Comando-Geral de Operações Aéreas;
- c) Comando-Geral do Pessoal;
- d) Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
- e) Departamento de Controle do Espaço Aéreo; e
- f) Departamento de Ensino da Aeronáutica.

2.3.3 ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Integram o SISFINAER, na condição de Órgãos Executivos, todas as Unidades Gestoras do COMAER.

2.3.4 ÓRGÃO SUPERVISIONADO

Integra o SISFINAER, na condição de Órgão Supervisionado, a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

3 COMPETÊNCIAS DOS ELOS DO SISTEMA

3.1 ÓRGÃO CENTRAL

Ao Órgão Central do Sistema de Administração Financeira do COMAER compete:

- a) promover o cumprimento das determinações do Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal;
- b) apoiar o Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal na gestão do SIAFI;
- c) relacionar-se com os Órgãos Externos ao COMAER no trato de assuntos relativos à atividade de Administração Financeira, bem como com os Órgãos Centrais dos demais Sistemas do COMAER, nos assuntos do SISFINAER;
- d) realizar a integração sistêmica com os Órgãos Setoriais e Executivos do SISFINAER;
- e) padronizar e divulgar os procedimentos, bem como coordenar as atividades relativas à programação financeira no COMAER, com base em normas estabelecidas pelo Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal;
- f) padronizar e divulgar os procedimentos relativos à arrecadação das receitas do Fundo Aeronáutico, com base em normas estabelecidas pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e, também, pelo Órgão Central do Sistema Administração Financeira Federal;
- g) supervisionar a arrecadação de receitas do Fundo Aeronáutico, no âmbito das Unidades Gestoras, a fim de garantir a manutenção do equilíbrio financeiro;
- h) prover os elos dos Sistema com orientações técnicas necessárias para o bom funcionamento do SISFINAER;
- i) realizar, sempre que necessário, visitas técnicas aos elos do Sistema, a fim de verificar *in loco* os procedimentos, processos, atividades e demais aspectos que possam interferir no bom funcionamento do SISFINAER;
- j) promover o aprimoramento técnico-profissional do pessoal militar e civil envolvido com as atividades do SISFINAER;
- k) aprimorar, permanentemente, o desenvolvimento e a atualização dos métodos e processos adotados pelo SISFINAER, em face da conjuntura e da evolução das orientações emanadas dos Órgãos Externos;
- l) acolher e analisar os pedidos de abertura de conta corrente bancária encaminhados pelas Unidades Gestoras, bem como efetuar o acompanhamento periódico da movimentação das contas correntes bancárias abertas;
- m) assessorar o Comandante da Aeronáutica no trato dos assuntos concernentes ao SISFINAER;

- n) assessorar o EMAER nos assuntos relativos à estimativa das receitas que compõem o Fundo Aeronáutico, de modo a subsidiar a proposta da Lei Orçamentária Anual;
- o) receber e analisar as Propostas de Programação Financeira da Gestão Tesouro e do Fundo Aeronáutico realizadas pelas UG do COMAER e pela CFIAE, adotando as medidas necessárias para a correção daquelas emitidas indevidamente;
- p) realizar a Proposta de Programação Financeira do Comando da Aeronáutica da Gestão Tesouro, considerando as necessidades de recursos financeiros das Unidades Gestoras e da CFIAE;
- q) efetuar a aprovação e liberação dos recursos financeiros programados da Gestão Tesouro e do Fundo Aeronáutico, considerando as disponibilidades existentes, a estimativa de ingresso de recursos, as prioridades para pagamento e o Limite de Pagamento estabelecido para o COMAER;
- r) prestar as informações demandadas pelo Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Defesa (DEORF), Órgão Setorial do Sistema Administração Financeira Federal;
- s) controlar a execução financeira do COMAER, de acordo com o Limite de Pagamento estabelecido pelo Ministério da Defesa, efetuando as gestões necessárias para a manutenção do equilíbrio financeiro;
- t) adotar as ações necessárias junto aos Órgãos Externos a fim de garantir o fluxo financeiro adequado para a manutenção das atividades do COMAER;
- u) realizar as atividades de aplicação financeira dos recursos do Fundo Aeronáutico existentes no país, em conformidade com a legislação em vigor; e
- v) emanar as diretrizes referentes às aplicações financeiras realizadas no país e no exterior e efetuar o controle e monitoramento das transações realizadas.

3.2 ÓRGÃOS SETORIAIS

Aos Órgãos Setoriais do Sistema compete:

- a) cumprir as determinações do Órgão Central do SISFINAER nos assuntos de Finanças;
- b) apoiar o Órgão Central do SISFINAER na gestão do SIAFI;
- c) verificar o cumprimento, pelos Órgãos Executivos subordinados, das diretrizes emanadas do Órgão Central do SISFINAER;
- d) realizar, junto ao Órgão Central do SISFINAER, gestões técnicas necessárias ao aperfeiçoamento das normas pertinentes à administração financeira no âmbito do COMAER;
- e) analisar e submeter ao Órgão Central do SISFINAER propostas de criação e de aprimoramento de sistemas corporativos informatizados que permitam aprimorar a gestão financeira no COMAER;
- f) disseminar as orientações técnicas, provenientes do Órgão Central do SISFINAER, adequadas ao perfeito funcionamento do Sistema;

- g) promover, sempre que necessário, reuniões técnicas com os Órgãos Executivos subordinados; e
- h) solicitar ao Órgão Central do SISFINAER, sempre que necessário, a realização de Visitas Técnicas aos Órgãos Executivos subordinados, objetivando sanar possíveis deficiências identificadas.

3.3 ÓRGÃOS EXECUTIVOS

Aos Órgãos Executivos do Sistema compete:

- a) cumprir as determinações do Órgão Central do SISFINAER;
- b) apoiar o Órgão Central do SISFINAER na gestão do SIAFI;
- c) prestar assistência, orientação e apoio técnico aos Agentes e Gestores da Administração, sob sua subordinação, em especial, no que se refere à transmissão de diretrizes operacionais necessárias à adequada gestão financeira de bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;
- d) realizar, junto ao Órgão Central do SISFINAER, gestões técnicas necessárias ao aperfeiçoamento das normas pertinentes à administração financeira no âmbito do COMAER;
- e) submeter aos Órgãos Setoriais do SISFINAER proposta de criação e de aprimoramento de sistemas corporativos informatizados que permitam aprimorar a gestão financeira no COMAER;
- f) realizar, em conformidade com as orientações emanadas do Órgão Central do SISFINAER, a Proposta de Programação Financeira da Unidade Gestora, considerando as necessidades de recursos financeiros para pagamento das despesas;
- g) gerenciar os depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional por intermédio de sua Unidade Gestora;
- h) planejar as atividades relativas à execução da despesa, com vistas a controlar as disponibilidades financeiras da Unidade Gestora, evitando a manutenção de saldos ociosos, em conformidade com as orientações emanadas do Órgão Central do SISFINAER;
- i) controlar o recolhimento das receitas que compõem o Fundo Aeronáutico no âmbito da sua Unidade, zelando pelo correto registro contábil do fato no SIAFI; e
- j) manter o Órgão Central do SISFINAER informado sobre todos os fatos que possam impactar, de maneira positiva ou negativa, a estimativa de arrecadação das receitas que compõem o Fundo Aeronáutico.

3.4 ÓRGÃO SUPERVISIONADO

Ao Órgão Supervisionado do Sistema compete:

- a) cumprir as determinações do Órgão Central do SISFINAER;
- b) apoiar o Órgão Central do SISFINAER na gestão do SIAFI;
- c) prestar assistência, orientação e apoio técnico aos Agentes da Administração, sob sua subordinação, em especial, no que se refere à

transmissão de diretrizes operacionais necessárias à adequada gestão financeira de bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

- d) disseminar as orientações técnicas, provenientes do Órgão Central do SISFINAER, adequadas ao perfeito funcionamento do Sistema;
- e) realizar, junto ao Órgão Central do SISFINAER, gestões técnicas necessárias ao aperfeiçoamento das normas pertinentes à administração financeira no âmbito do COMAER;
- f) realizar, em conformidade com as orientações emanadas do Órgão Central do SISFINAER, a Proposta de Programação Financeira da Unidade Gestora relativa à folha de pagamento de pessoal e à dívida interna, considerando as necessidades de recursos financeiros para pagamento das despesas; e
- g) assessorar o EMAER nos assuntos relativos à estimativa das receitas diretamente arrecadadas pelo Órgão, de modo a subsidiar a proposta da Lei Orçamentária Anual.

4 PROCESSOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NO COMAER

Para o cumprimento da missão constitucional da FAB, o COMAER gerencia recursos financeiros expressivos, os quais requerem métodos, procedimentos, normas, sistemas e controles adequados e consistentes.

Nesse contexto e com base na estratégia organizacional da SEFA, construída com ênfase no gerenciamento de processos, as atividades financeiras são abordadas como processos integrados, permanentemente monitorados e refinados, de forma a propiciar o aporte de recursos financeiros necessários a todas as UG do COMAER.

O SISFINAER é integrado, portanto, por três processos: Programação Financeira; Controle, Acompanhamento e Projeção das Receitas do Fundo Aeronáutico; e Aplicação Financeira.

4.1 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

4.1.1 A atividade de programação financeira tem como objetivos assegurar os recursos financeiros às Unidades Gestoras e adequar o ritmo de execução da despesa àquele da arrecadação das receitas. Nesse sentido, o início do processo de programação financeira no COMAER dá-se com a edição dos decretos e portarias que regem os limites de movimentação e empenho, como também os de pagamento.

4.1.2 As ações de programação financeira são executadas ao longo do exercício financeiro, no intuito de assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas e de proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

4.2 CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E PROJEÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDO AERONÁUTICO

4.2.1 O monitoramento do recolhimento das receitas do Fundo Aeronáutico tem como objetivo garantir que as metas de arrecadação estipuladas, por meio da Lei Orçamentária Anual, sejam alcançadas, de maneira a evitar insuficiências de caixa.

4.2.2 O desenvolvimento dessa atividade pelo Órgão Central do SISFINAER é apoiado na utilização de ferramentas de acompanhamento disponíveis no SIAFI e no SIOP. Tal atividade permite não só corrigir eventuais distorções na apropriação da receita pública, como também verificar, oportunamente, a incidência de excesso de arrecadação ou de frustração da receita estimada.

4.3 APLICAÇÃO FINANCEIRA

4.3.1 A atividade de aplicação financeira dos recursos do Fundo Aeronáutico tem como objetivo promover a manutenção do valor do dinheiro (valor em papel) ao longo do tempo, além de garantir um aporte adicional de recursos para o COMAER.

4.3.2 A aplicação das disponibilidades financeiras contabilizadas no país é realizada pela SEFA, enquanto que as daquelas contabilizadas no exterior são realizadas pelas duas Comissões Aeronáuticas, conforme instruções emanadas da SEFA.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As organizações do COMAER deverão adequar seus processos aos conceitos e procedimentos instituídos nesta publicação.

5.2 As situações não previstas nesta NSCA serão submetidas à apreciação do Comandante da Aeronáutica, por intermédio do Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

_____. BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: **ICA 5-1**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Glossário do Comando da Aeronáutica: **MCA 10-4**. Brasília, DF, 2001.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica: **ICA 700-1**. Brasília, DF, 2006.

_____. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica: **MCA 10-3**. Brasília, DF, 2003.

_____. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica (Digital). **MCA 172-3**. Brasília, DF, 2013.

_____. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. Regulamento de Administração da Aeronáutica: **RCA 12-1**. Brasília, DF, 2004.

_____. Portaria nº 431, de 08 de agosto de 2011. Dispõe sobre a especificação e a escrituração das receitas do Fundo Aeronáutico (F.Aer.). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 de ago. de 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/29431020/pg-7-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-08-2011>>. Acesso em: 12 ago 2014.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de fev. de 1967, retificado em 08 de mar. de 1967, retificado em 30 de mar. de 1967 e retificado em 17 de jul. de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Decreto-Lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945. Cria o Fundo Aeronáutico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 de dez. de 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/login/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8373-14-dezembro-1945-458267-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Decreto nº 73.070, de 01 de novembro de 1973. Aprova o Regulamento do Fundo Aeronáutico e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de nov. de 1973. Disponível em: <<http://www2.anac.gov.br/biblioteca/decretos/decreto73070.pdf>>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de fev. de 1967, retificado em 08 de mar. de 1967, retificado em 30 de mar. de 1967 e retificado em 17 de jul. de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das [Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 maio 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6834.htm>. Acesso em: 10 ago 2014.

_____. Decreto nº 3.590, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 set. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3590.htm>. Acesso em: 10 ago 2014.

_____. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D93872.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993. Estabelece normas para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, aprova quadro de cotas trimestrais e de despesa para o Poder Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 maio 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0825.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 fev. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10180.htm>. Acesso em: 10 ago 2014.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 mar. 1964, retificado em 09 de abr. de 1964 e retificado em 03 de jun. de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 196/EMD/MD, de 22 de fevereiro de 2007. Aprova o “Glossário das Forças Armadas” - **MD35-G-01** (4ª Edição/2007). Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.hmab.eb.mil.br/downloads/outros/glossario_fa.pdf>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento (MTO)**. Disponível em:

<http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2015-1a-edicao-05-08.pdf/view>. Acesso em 10 ago 2014.

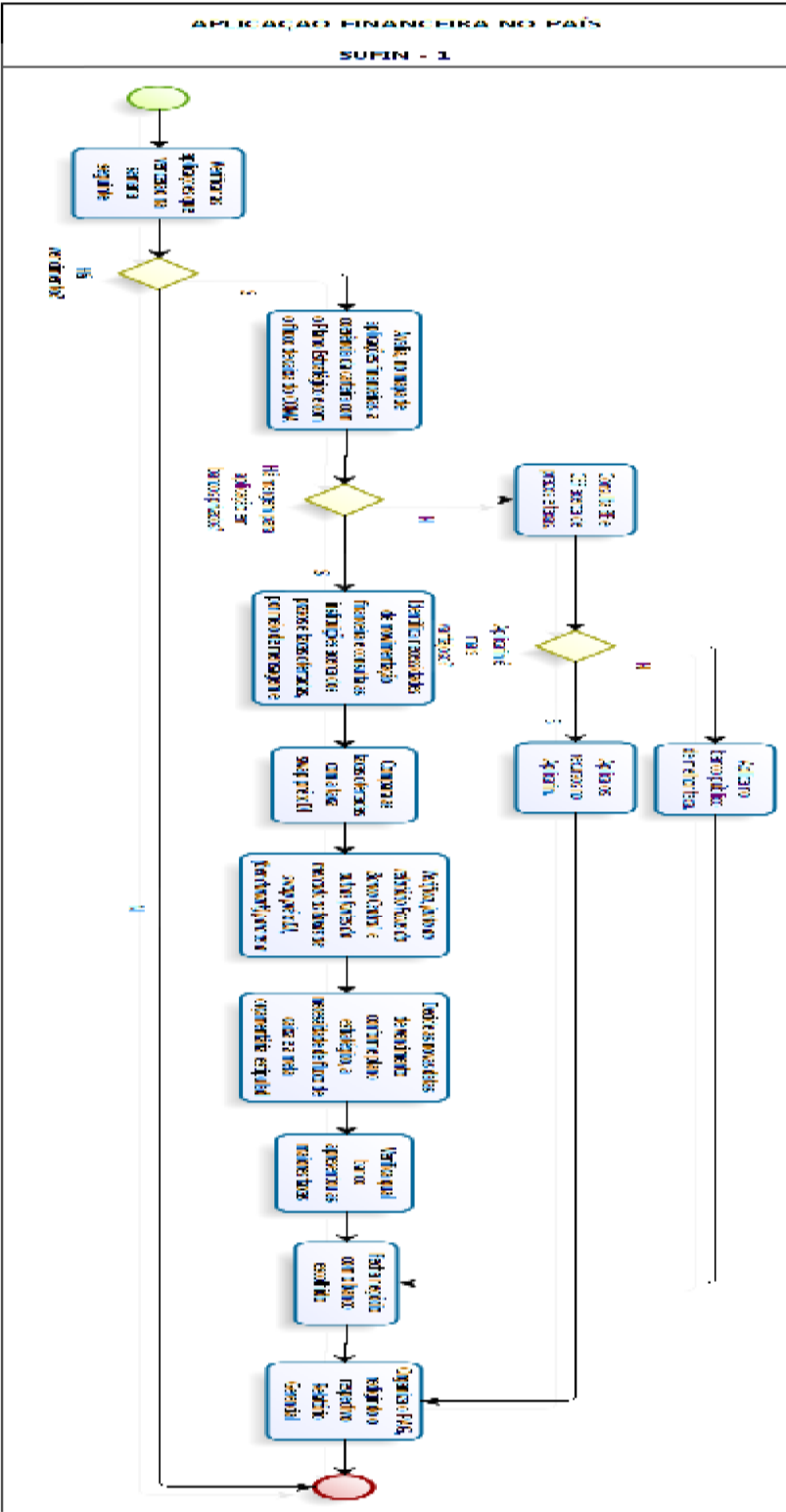
_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual do SIAFI**. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/020300/020303>>. Acesso em: 10 ago 2014.

_____. Instrução Normativa STN nº 2, de 26 de abril de 1999. Dispõe sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/programacao/in_2_99.pdf>. Acesso em: 11 ago 2014.

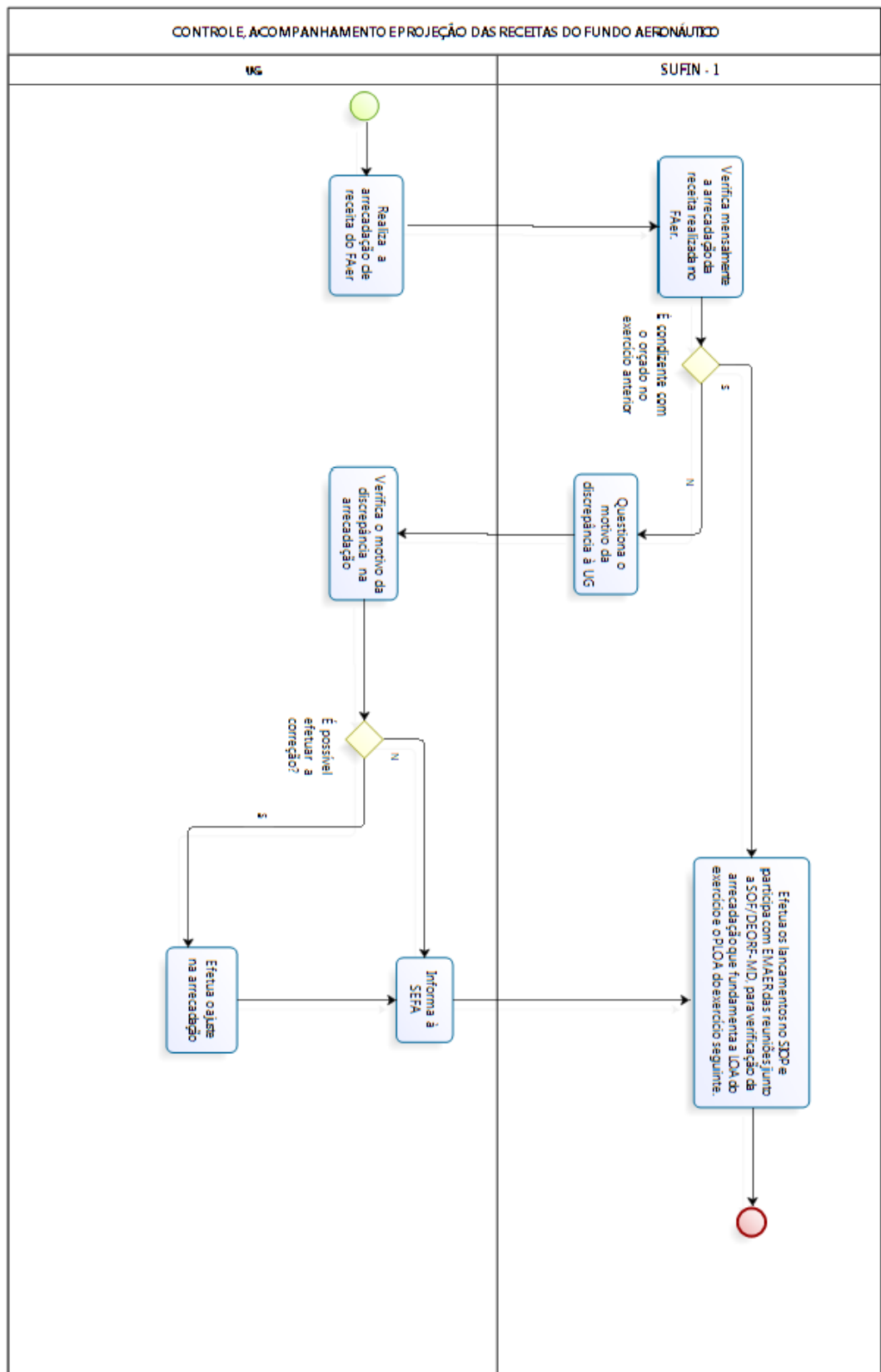
_____. Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004. Dispõe sobre a consolidação das instruções para movimentação e aplicação dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional, a abertura e manutenção de contas correntes bancárias e outras normas afetas à administração financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 set. 2004. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/042400/042404>>. Acesso em: 11 ago 2014.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 11 ago 2014.

Anexo A –Fluxograma do Processo de Aplicação Financeira no País



Anexo B – Fluxograma do Processo de Controle, Acompanhamento e Projeção das Receitas do Fundo Aeronáutico



Anexo C – Fluxograma de Descentralização de Crédito, Controle do Uso dos Limites e Programação Financeira

